

**DECLARAÇÃO PARA EMISSÃO DE CERTIFICADO DE REGISTO DE CIDADÃOS COMUNITÁRIOS**

**IDENTIFICAÇÃO DO CIDADÃO**

NOME	<input type="text"/>	ESTADO CIVIL	<input type="text"/>
MORADA	<input type="text"/>	C. POSTAL	<input type="text"/>
PASSAPORTE/CC	<input type="text"/>	DATA DE EMISSÃO	<input type="text"/>
		VALIDADE	<input type="text"/>
CORREIO ELECTRÓNICO	<input type="text"/>	DATA DE NASCIMENTO	<input type="text"/>
		CONTRIBUINTE	
NACIONALIDADE	<input type="text"/>	LOCAL E PAÍS DE NASCIMENTO	<input type="text"/>
NOME DO PAI	<input type="text"/>	NOME DA MÃE	<input type="text"/>
PAÍS DE RESIDÊNCIA ANTERIOR	<input type="text"/>	PROFISSÃO	<input type="text"/>
CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO	<input type="text"/>	DATA CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO	<input type="text"/>
SE ATIVO PERANTE O TRABALHO	<input type="text"/>	SE INATIVO PERANTE O TRABALHO	<input type="text"/>
ENTIDADE PATRONAL/EMPRESA	<input type="text"/>		
MOTIVO DE ENTRADA EM PORTUGAL	<input type="text"/>	DATA ENTRADA	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Autoriza o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço electrónico indicado. (conforme previsto na Parte A do Código Regulamentar do Município de Esposende)			

**DECLARAÇÃO SOB COMPROMISSO DE HONRA**

**Declaro, sob compromisso de honra**, nos termos e para efeito do disposto no n.º 5 do artigo 14.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto (Registo de Cidadão da União), que reúno uma das seguintes condições:

- Exerço no território português uma atividade profissional subordinada ou independente, (alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto
- Disponho de recursos suficientes para mim próprio e para os meus familiares, (alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto)
- Estou inscrito num estabelecimento de ensino público/privado, oficialmente reconhecido, (alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto).
- Sou familiar que acompanho ou me reúno a cidadão da União abrangido pelos pontos anteriores.

Mais declaro que fui advertido que a prestação de falsas declarações a autoridade pública constitui crime e que autorizo, no âmbito do meu pedido, o processamento dos dados constantes neste requerimento na aplicação informática do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

## DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

- 1. Exibição do Cartão do Cidadão / Passaporte;
- 2. Contrato de Trabalho ou prova de sustentabilidade (Ex: Rendimento social de inserção, subsídio de desemprego, outro);
- 3. Comprovativo de residência;
- 4. Comprovativo de inscrição em escola pública ou privada, oficialmente reconhecido, bem como do seguro de saúde/ inscrição no Sistema Nacional de Saúde;
- 5. Documento comprovativo da relação familiar ou da qualidade de parceiro, se dos documentos apresentados essa relação ou qualidade não resultar evidente;
- 6. Prova documental de que se encontra a cargo, nomeadamente:
  - Descendente direto com menos de 21 anos de idade ou que esteja a cargo de um cidadão da União, assim como o do cônjuge ou parceiro;
  - Ascendente direto ou que esteja a cargo de um cidadão da União, assim como o do cônjuge ou parceiro;
- 7. Certificado de Registo do Cidadão da União que acompanha ou ao qual se reúne;
- 8. Documento emitido pela autoridade competente do país de origem ou de proveniência, certificando que está a cargo de cidadão da União ou que com ele vive em comunhão de habitação, ou a prova da existência de motivos de saúde graves que exigem imperativamente a assistência pessoal pelo cidadão da União.

## TOMA CONHECIMENTO

O Município de Esposende utiliza os seus dados pessoais para dar resposta aos seus pedidos, instrução dos seus processos, prestar informação sobre assuntos da autarquia e para fins estatísticos. Para mais informações sobre as práticas de privacidade do Município de Esposende, consulte a nossa Política de Privacidade ou envie um email para [dpo@cm-esposende.pt](mailto:dpo@cm-esposende.pt).

De acordo com o entendimento da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos os documentos apresentados no âmbito do presente processo são documentos administrativos, pelo que o Município estará obrigado a garantir o seu acesso integral a todos aqueles que o solicitarem.

## Pede deferimento

Assinatura

Data